

**CÂMARA TÉCNICA DE COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS**  
**CTCOB**  
**ATA DA 55ª REUNIÃO**

Data: 27 e 28 de fevereiro de 2008  
Local: SISEMA/IGAM – Belo Horizonte -MG

**PARTICIPANTES:**

- Ministério do Meio Ambiente-MMA-SRH: Rodrigo Speziali de Carvalho (rodrigo.carvalho@mma.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente-MMA-ANA: Patrick T. Thomas-(patrick@ana.gov.br)
- Ministério da Agricultura-MAPA: Israel Souza Costa- (israel.costa@agricultura.gov.br)
- Ministério das Cidades: Sonia Lucia Alves- (sonia.alves@cidades.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Elizabeth Guelman Davis- (elizabeth@bh.cprm.gov.br)
- Ministério da Integração Nacional- Demetrios Christofidis- (dchristofidis@gmail.com)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Espírito Santo/Minas Gerais-Sergio Gustavo R. Leal- (sergio.leal@igam.mg.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- Paraná/Mato Grosso- Enéas S.Machado- (eneasmachado@sudersa.pr.gov.br)
- Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos- SP/RJ- Laura Stela Naliato Perez- (laurap@cetesbnet.sp.gov.br)
- Usuário/Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Alexander Gonçalves da Silva- (agsacomp@cemig.com.br)
- Irrigantes- Jairo Santos Lousa- Conselheiro- (jairolousa@yahoo.com.br)
- Usuário/Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: José Lavrador Filho- (jlavrador@sabesp.com.br)
- Usuário/Setor Pescadores e Usuários de Água para Lazer e Turismo: Wilson Azevedo Filho- (azefilho@hotmail.com)
- Usuário/Indústria: Patricia G. Boson – Conselheira (tita@uai.com.br)
- Comitês de Bacias Hidrográficas- Luiz Roberto Moretti – (lmoretti@sp.gov.br)
- Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Francisco Carlos Castro Lahós- (francisco@agua.org.br)
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Francisco José Lobato da Costa- (fjlobato@uol.com.br)

**DEMAIS PRESENTES:**

- Renilda Gomes de Souza- SEMARH/SE (renilda.souza@semarh.se.gov.br)
- Douglas Falcão Wanderley- CHESF- (dfalcão@chesf.gov.br)
- Edmundo Nascimento-FETAEMG- (fetaemg@fetaemg.org.br)
- Elba Alves Silva- SRH/BA – (elba.silva@srh.ba.gov.br)
- Vitor Sarno- SRH/BA- (diretor.adjunto@srh.ba.gov.br)
- Antonio Thomaz Matta Machado- CBHSF- (thomaz@medicina.ufmg.br)
- Heloise Caldeira Brant- SEMAD- (helobrانت2003@yahoo.com.br)
- Maria Aparecida B. P. Vargas- CFLCL- CEIVAP- (vargasma@terra.com.br)
- Sandra Regina A Costa- AGEVAP- (sandra@ceivap.org.br)
- Antonio Carlos Maia Figueiredo- IGAM- (antonio.maia@igam.mg.gov.br)
- Danton Caldeira Ottoni- IGAM- (danton.ottoni@semad.mg.gov.br)

- 51 ● Leonardo Diniz Reis Silva- IGAM- (leonardo.diniz@semad.mg.gov.br)
- 52 ● Robson Santos- IGAM- (robson.santos@semad.mg.gov.br)
- 53 ● Renata Maria de Araujo- (IGAM) (renata.araujo@igam.mg.gov.br)
- 54 ● David França Ribeiro de Carvalho- IGAM- (david.carvalho@ief.mg.gov.br)
- 55 ● Valeria Ferreira Borges- IGAM- (valeria.borges@igam.mg.gov.br)
- 56 ● Higor Zacarias Leite- Pref. Caéte- (higorzl@yahoo.com.br)
- 57 ● Raquel Conradi Torres- Pref. Caete- (raquelctorres@yahoo.com.br)
- 58 ● Elenice Camargo Roginski- SANEPAR- PR- (elenice@sanepar.com.br)
- 59 ● Breno Esteves Lasmar- IGAM- (breno.lasmar@igam.mg.gov.br)
- 60 ● João Lopes Araujo- AIBA- (araujo.joão@terra.com.br)
- 61 ● Athadeu Ferreira da Silva- CODEVASF- (athadeu@codevasf.gov.br)
- 62 ● David Sousa Machado- CBHSF- (davidsm35@hotmail.com)
- 63 ● Luiz Cláudio C. Figueiredo- CVRD- (luiz.castro.figueiredo@vale.com)
- 64 ● Ana Cristina da Silveira- FIEMG- (asilveira@fiemg.com.br)

#### 65 RELATORIA:

66

67 ■ **Ednaldo Mesquita Carvalho** - SRU/MMA - Tel.: (61) 3410-2082

68 (ednaldo.mesquita@mma.gov.br)

69

70

#### 71 ASSUNTOS DISCUTIDOS:

72

73 No dia 27 de fevereiro do ano dois mil e oito, com início às 9h45, a Câmara Técnica de  
74 Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos  
75 – CNRH realizou sua 55.ª reunião em Belo Horizonte, convocada há doze dias, tendo como  
76 presidente, o **Sr. Rodrigo Speziali de Carvalho (SRHU/MMA)** e como relator, o senhor  
77 **Ednaldo Mesquita Carvalho, (SRHU/MMA)** com a presença de 17 dos seus membros e 25  
78 convidados. A reunião foi aberta pelo Secretário e Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado  
79 de Minas Gerais Sr. José Carlos de Carvalho que comentou inicialmente sobre a importância e  
80 qualidade do tema Recursos Hídricos para o Brasil. Em seguida comentou que houve muita  
81 muito evolução em termos de comando e controle na gestão de recursos hídricos o mesmo não  
82 ocorreu com a implantação dos instrumentos de gestão, principalmente aqueles econômicos que  
83 deveriam contribuir com a sustentabilidade do sistema. Dentre todos os instrumentos a Cobrança  
84 pelo Uso dos Recursos Hídricos é fundamental e merece toda a atenção. Encerrou suas palavras  
85 dando as boas vindas a todos em nome do Governador Aécio Neves. Dando continuidade, o  
86 **Presidente da CTCOB** agradeceu a presença de todos, em especial aos dirigentes do IGAM  
87 representados pela sua **Diretora Geral Cleide I. Pedrosa de Melo** pelo convite formulado para  
88 que a reunião da CT acontecesse em Belo Horizonte. O **Sr. Rodrigo Speziali (SRHU/ MMA)**  
89 agradeceu também a presença do **Sr. José Carlos de Carvalho Secretário de Meio Ambiente e**  
90 **Recursos Hídricos e MG . Item 2 - O Processo de Implementação da Cobrança pelo Uso dos**  
91 **Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais: Aperfeiçoamento do arcabouço legal, FHIDRO**  
92 **e ações em curso-** IGAM o Presidente da CTCOB dando continuidade da reunião passou a  
93 palavra para o **Técnico Tulio Bahia- IGAM** que explicou as responsabilidades e ações da  
94 Gerência de Cobrança- GECOB, conforme palestra anexa. Dentre as atribuições da Gerência está  
95 a de implantação de Agências de Bacias, denominadas no estado como Entidades Equiparadas  
96 (entidades delegatárias). Dentre as abordagens feitas destaca-se: número de Entidades  
97 Equiparadas propostas para o Estado e resultados de oficinas que trataram do tema. Como  
98 resultados das oficinas realizadas em Junho e Agosto de 2007, inclusive com a participação de  
99 técnicos da AGEVAP e Consórcio PCJ obtiveram-se sugestões de recortes ideais para as áreas  
100 de abrangências das Entidades Equiparadas. Em seguida o **Técnico David França -IGAM**  
101 abordou sobre o aperfeiçoamento do arcabouço legal abordando a legislação básica do estado em

102 especial a Lei 13199/1999 os Decretos 41578/2001 e 44046 /2006, e a Deliberação Normativa  
103 nº 19/2006 do CERH, conforme palestra anexa. A **Técnica Renata Maria Araujo- IGAM**  
104 abordou, conforme palestra, o estágio atual da implementação da cobrança no estado de Minas  
105 Gerais. Comentou que existem no Estado três Entidades Equiparadas sendo uma no Rio das  
106 Velhas, outra no Rio Araguari e nos rios Preto e Paraibuna as quais mediante termos de  
107 cooperação técnica desempenham seu papel de Agência de Bacia. Sobre o FHIDRO- Fundo de  
108 recuperação e proteção e desenvolvimento sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de  
109 Minas Gerais o **Técnico Leonardo Diniz – IGAM**, comentou, conforme palestra anexa, sobre  
110 os objetivos do fundo, seu marco legal, suas ações prioritárias, a evolução orçamentária sendo  
111 que em 2006 foram disponibilizados R\$32 milhões, em 2007 R\$ 57 milhões e em 2008 estão  
112 alocados R\$78 milhões. Abordou ainda a estrutura operacional tendo como órgão gestor a  
113 SEMAD, como agente financeiro o BDMG e ainda o IGAM como secretaria executiva, e um  
114 grupo coordenador com 13 membros. Explicou as condições operacionais, o históricos de  
115 projetos, as ações do IGAM, os treinamentos, cursos e palestras acontecidos. Os próximos passos  
116 seriam: divulgação do relatório 2007 no site, consolidação da equipe, finalização do módulo  
117 FHIDRO no SIAGUAS (com acesso público aos projetos aprovados), elaboração de TRs para os  
118 diversos projetos, criação de editais (demanda induzida e espontânea), monitorar e avaliar os  
119 resultados dos projetos custeados pelo Fundo. A **Diretora Geral Cleide I. Pedrosa de Melo**  
120 complementou dizendo que de fato, conforme reunião do CERH/MG ocorrida no dia anterior, foi  
121 acertado que a Deliberação Normativa nº 19/2006 do CERH- DN 19 de fato será alterada. Sobre  
122 o FHIDRO disse que há necessidade de melhor divulgar e socializar sobre os seus reais objetivos  
123 e os recursos disponíveis, vê ainda necessidade de ampliar a oferta de projetos para facilitar a  
124 seleção e monitoramento dos mesmos. Iniciados os debates e pedidos de esclarecimentos, o **Sr.**  
125 **Wilson Azevedo – Pescadores e Usuários Lazer e Turismo** sugeriu uma melhor  
126 complementação do arcabouço legal para a cobrança pelo uso da água no Estado. Sobre as  
127 adequações que se pretende fazer não só no decreto 44046/2006 e na DN nº19/2006, chamou a  
128 atenção para a melhor definição dos conceitos de equiparação e desequiparação que deverão ser  
129 regulamentados. Dando continuidade o **Sr. Rodrigo Speziali de Carvalho (SRHU/MMA)**  
130 passou a palavra para a **Conselheira Patrícia Boson – Indústria** que inicialmente informou que  
131 a DN 19 será uma nova deliberação e não apenas será revista. Sobre o FHIDRO disse que o  
132 mesmo precisa ser estimulado e que seus recursos sejam reembolsáveis, assim, o fundo seria  
133 recomposto teria vida própria. Noticiou que na reunião do CERH-MG ocorrida no dia anterior,  
134 havia sido aprovada a regulamentação do FHIDRO no aspecto relacionado às diretrizes gerais  
135 para aprovação de projetos passíveis de serem financiados, todos estes voltados à melhoria da  
136 qualidade e quantidade da água. O **Sr. Sergio Gustavo R. Leal- IGAM** comunicou que o IGAM  
137 está estudando, para propor ao CERH/MG são apenas estudos, se estes são pertinentes ou não,  
138 isso será discutido dentro de grupos de trabalho do próprio CERH/MG, a intenção é de melhorar  
139 a legislação existente. O **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa- Organizações**  
140 **Técnicas de Ensino e Pesquisa-** Como observação, de quem observa de fora, de caráter geral,  
141 disse que normalmente há uma antecipação de problemas antes mesmo deles existirem. Para  
142 evitar burocracias e aumento do custo Brasil, o ideal é tratar o problema quando de fato o mesmo  
143 existir. Comentou que no Paraná, seu estado, optou-se por um fundo sem personalidade jurídica  
144 própria, os recursos eram geridos pelo órgão gestor e este pelo CERH. Recomendou evitar que o  
145 fundo seja gerido pelos Planos de Bacia. Com respeito à destinação dos recursos, reembolsáveis  
146 ou não, lembrou que a “fundo perdido” os recursos não poderiam ser destinados a agentes  
147 privados. Caso sejam os recursos reembolsáveis recomendou uma diferenciação nas taxas a  
148 serem cobradas, sendo para os agentes públicos as taxas seriam menores. Sobre as agências de  
149 bacias, citou estudo da ANA denominado Mapa de Gestão no qual está mencionado que em  
150 situações complexas, os atuais instrumentos de gestão não são suficientes, recomendou que  
151 outros critérios sejam estabelecidos. Em seguida o Sr. Patrick T. Thomas- ANA – parabenizou os  
152 técnicos IGAM pelas apresentações e por ter sido montada no órgão uma equipe de 6 técnicos  
153 para implementar o instrumento cobrança no Estado. Sobre a cobrança no Brasil, lembrou que o

154 CEIVAP implementou-a de forma simplificada, após, os critérios e mecanismos foram sendo  
155 aprimorados, hoje pode-se dizer que já existe uma experiência acumulada. Sugeriu que em  
156 Minas Gerais o mesmo poderia ocorrer ou seja iniciar o processo de cobrança e simultaneamente  
157 proceder os ajustes necessários. Colocou a organização representada por ele a ANA à disposição  
158 do IGAM para o que for necessário. Finalmente disse a considerava Minas Gerais um estado  
159 estratégico para o Brasil, e ainda que o Sistema e a Política de Recursos Hídricos só avançarão se  
160 os estados também avançarem. O **Sr. Demetrios Christofidis- MI**, ponderou que a cobrança  
161 deveria ser o ultimo dos instrumentos a ser implementado e na sua opinião o único  
162 desnecessário, questões situacionais é que deveriam determinar a necessidade ou não da  
163 cobrança. O **Sr. Sérgio Gustavo R. Leal- IGAM-** concordando esclareceu que quando assumiu  
164 a gerencia de cobrança do IGAM pensava que o instrumento poderia ser implementado em todo  
165 o Estado, hoje observa que em algumas regiões os demais instrumentos são mais importantes,  
166 concordava portanto que os demais instrumentos devem anteceder à cobrança. O **Sr. Vitor**  
167 **Sarno- SRH/BA** levantou três questionamentos e pedido de esclarecimento relacionados à  
168 regionalização da gestão, à relação entre o IGAM, a ANA e o Comitê do Rio São Francisco,  
169 sobre o contrato único com os Comitês, e ainda como são compostos os recursos do FHIDRO.  
170 Em resposta, o **Sr. Sergio Gustavo R. Leal- IGAM** informou que com respeito à regionalização  
171 da gestão a relação do IGAM com o Comitê e com a ANA existe é realidade com discussões  
172 esclarecedoras e oportunas. Sobre o contrato único ele ainda é uma proposta de um grupo. Como  
173 exemplo citou que na bacia do Rio São Francisco existem hoje 10 comitês de rios tributários, o  
174 contrato seria um único a ser firmado com os dez comitês. Sobre a composição do FHIDRO esta  
175 é feita com arrecadações, doações, retorno dos financiamentos, e parte da compensação  
176 financeira do setor elétrico. Dando continuidade o Presidente da CTCOB passou a palavra para o  
177 **Sr. Enéas S. Machado- CERH/PR** que recomendou que nesta etapa devem ser esquecidas as  
178 coisas urgentes e devem ser feitas as coisas importantes. Perguntou aos técnicos do IGAM sobre  
179 qual o mês que se pretende de fato iniciar a cobrança no Estado. **Sr. Sérgio Gustavo R. Leal-**  
180 **IGAM** explicou que existe um planejamento envolvendo as três entidades equiparadas  
181 existentes, cadastramento de usuários, não somente os outorgados, a implementação dos demais  
182 instrumentos, a criação de um marco legal e ainda as diretrizes gerais do contrato de gestão. A  
183 **Sra. Sônia Lúcia Alves- M. Cidades**, registrou que a recente Política Nacional de Saneamento  
184 conforme a Lei 11.445/07 também recomenda um trabalho por bacias hidrográficas e questiona  
185 onde se quer chegar com o saneamento, água para muitos é alimento. Explicou que devido ao  
186 PAC estão em plena atividade e sugeriu um acoplamento dos planejamentos. **Diretora Geral**  
187 **Cleide I. Pedrosa de Melo** respondeu que no planejamento do Estado o IGAM tem procurado  
188 com os demais órgãos. Esclareceu que no Estado é o IGAM o responsável pela rede de  
189 monitoramento da qualidade da água. Informou que no Estado há um Projeto Estruturador geral  
190 do qual o IGAM é parte integrante com a responsabilidade de melhoria da qualidade da água. A  
191 **Sra. Laura Stela Naliato Perez- CERH- SP** esclareceu que em São Paulo para a cobrança não  
192 há necessidade de agencia de bacia, os próprios comitês e as respectivas câmaras técnicas é que  
193 estão se estruturando para cumprir este papel. Sobre o FEHIDRO/SP foi informado que  
194 aconteceu uma revisão recente relacionada à demanda espontânea, induzida, caberá aos Comitês  
195 o estabelecimento dos projetos que irão atender aos Planos de Bacia. Para a sustentabilidade do  
196 Fundo, as taxas serão de 1% para órgãos públicos e de 2% para entidades privadas. Encerrados  
197 os debates o Sr. Rodrigo Speziali agradeceu mais uma vez ao IGAM na pessoa de sua **Diretora**  
198 **Geral Sra. Cleide I Pedrosa** pela gentileza do convite, pelas apresentações dos técnicos e pelos  
199 esclarecimentos prestados. **Item 4 – Aprovação da Ata da 54ª reunião-** Após consulta sobre  
200 emendas a serem feitas à ata da 54ª reunião da CT encaminhada anteriormente, a ata foi  
201 aprovada com as alterações propostas pelo Sr. Patrick Thomas e pelo Conselheiro João Climaco.  
202 **Item 3-.O seminário “Perspectivas para a Cobrança pelo Uso do Água no Brasil.-**  
203 **Programação final, responsáveis, parcerias, apoios.** Inicialmente o Sr. **Sr. Rodrigo Speziali de**  
204 **Carvalho (SRHU/MMA)** relatou sobre os antecedentes que o levaram a propor a realização do  
205 evento com aquela programação inicial. Informou que simultaneamente contatou com a Gazeta

206 Mercantil com o objetivo obter uma parceria para melhor divulgar o evento e os avanços da  
207 Política de recursos Hídricos, foi dito ainda que o jornal já havia encaminhado uma projeto para  
208 a cobertura anterior e posterior do evento. Mencionou que já havia enviado ofícios visando o  
209 patrocínio do evento para a CEF, Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, CNI . Informou que  
210 contatos, visando apoio, foram feitos com a ANA, FIRJAM, SERLA e com a própria SRHU que  
211 ira aportar recursos para a realização do evento, não para a veiculação junto a Gazeta Mercantil.  
212 Como encaminhado na 54ª reunião realizada em São Paulo, foi dito que sugestões para a  
213 proposta de programa foram recebidas da ANA, e de membros da CTCOB. Finalizou dizendo  
214 que a ideia básica do evento é de uma discussão com os setores usuários com o objetivo de  
215 mostrar que existe um sistema , que estamos avançando, procurando usar outros canais de  
216 comunicação para divulgar o evento e o sistema como é o caso do envolvimento com a Gazeta  
217 Mercantil. Após debates, pedidos de esclarecimentos e sugestões ficou acertado o seguinte:- O  
218 evento previsto para dois dias deveria ter sua programação reduzida.- Se possível abordar alguns  
219 aspectos da nova Política de saneamento e suas interfaces com a cobrança.-Buscar sempre uma  
220 coerência entre os objetivos do evento e as apresentações.- Procurar fugir do lugar comum em  
221 termos dos conferencistas a serem convidados e em termos da metodologia a ser adotada.-  
222 Sugere-se se possível, uma abordagem internacional a respeito do instrumento cobrança.- Tentar  
223 fazer com que as apresentações não sejam feitas para nós mesmos e sim para um publico que  
224 conhece pouco e que para colaborar precisa conhecer mais.- Perguntas que devem ser repondidas  
225 durante o evento: A água vai ficar mais cara? A água deve entrar na matriz de custos de uma  
226 empresa? Vai faltar água para o desenvolvimento ou crescimento?- Como sugestões de nomes a  
227 serem convidados foram citados, Paulo Haddad, Paulo Canhedo, Ronaldo Seroa da Mota.- O  
228 tema integração dos instrumentos de gestão ou interface da cobrança com os demais  
229 instrumentos deveria ser abordado. - A programação a ser feita deve atrair a participação do  
230 publico alvo, os usuários pagadores. Como encaminhamento foi sugerido a criação de uma  
231 comissão composta pelos Srs Rodrigo Speziali, Patrick Thomas e a Conselheira Patricia Boson,  
232 os quais na próxima semana, deveriam rever a programação e propor outra que venha ao  
233 encontro do que foi sugerido pelos membros da CT. A nova programação seria enviada apenas  
234 para os membros da CT presentes naquela reunião, e seria dado um prazo de três dias úteis para  
235 novas criticas e sugestões, após, seria fechada a programação e seriam concluídas as negociações  
236 com os parceiros e colaboradores. **Item 5- Balanço das atividades, ações implementadas e**  
237 **resultados obtidos com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em 2007- Rio**  
238 **Paraíba do Sul- Comitê CEIVAP** -O presidente da CTCOB **Sr. Rodrigo Speziali de Carvalho**  
239 **SRHU/MMA** deu continuidade à reunião lembrando que conforme resolução nº 21 de março de  
240 2003 no seu Art. 2º inciso V, cabe a CTCOB “avaliar as experiências em implementação, dos  
241 processos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, considerando procedimentos adotados e  
242 resultados obtidos;”. Diante desta evidencia, foram convidados os Comitês CEIVAP e PCJ,  
243 como no ano anterior para apresentarem na CT o balanço de atividades e resultados obtidos com  
244 a cobrança pelo uso dos recursos hídricos já implementada naquelas bacias. O primeiro a se  
245 apresentar foi o CEIVAP na pessoa da **Sra. Maria Aparecida Vargas- CFLCL/CEIVAP** em  
246 substituição ao Sr. Paulo Theodoro presidente do comitê. Conforme palestra anexa, foram  
247 abordados os seguintes assuntos:- O processo de criação do Comitê que em 20/06/02 criou sua  
248 entidade delegatária AGEVAP. - O primeiro Contrato de Gestão firmado com a ANA em  
249 Setembro de 2004. E ainda histórico, quem arrecada, o plano de bacia, como são distribuídos e  
250 administrados os recursos e os principais desafios: - A dupla dominialidade que tem como  
251 consequencia a diversidade de normas procedimentos e critérios, diferentes níveis de capacitação  
252 dos órgãos gestores.- Problemas ambientais críticos com lançamento de 1 bilhão de litros de  
253 esgotos domésticos dia. -Cumprimento da Resolução CNRH nº 66/06 que aprova os mecanismos  
254 e os valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas  
255 da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu (15%).-  
256 Revisão da Lei 4247 – RJ - artigos que atingem diretamente a cobrança. Especificamente sobre a  
257 revisão que hoje ocorre na Lei 4247 a representante do CEIVAP é de opinião que as mudanças

que estão sendo propostas deveriam ser discutidas no nível nacional. Ponderou que devido à gravidade de tudo que está ocorrendo seria oportuno que o CNRH convidasse o CERH/RJ para apresentar e defender as alterações que estão sendo propostas na referida Lei. Dando continuidade a Sr. Aparecida Vargas abordou questões relativas aos valores que estão sendo cobrados, à progressividade, e os valores arrecadados da ordem de R\$ 37 milhões no período de 2003 a 2007, e valores totais envolvendo contrapartidas e o PRODES da ANA da ordem de R\$120 milhões. Os recursos são aplicados em ações, implantação e operação 7,5%, prioritárias 13%, de gestão 5%, planejamento 9,5%, estruturais 65%. Finalmente disse que os esforços hoje são voltados para a integração de todos estes organismos da bacia do Paraíba do Sul entre eles e com o CEIVAP, no sentido de minimizar os conflitos, encontrando soluções negociadas, e convergindo energias para a gestão da bacia como um todo, praticando a chamada “solidariedade hídrica” no âmbito da bacia do rio Paraíba do Sul. Admitiu que ainda faltam indicadores que efetivamente possam mensurar os impactos decorrentes da implementação das ações na melhoria da qualidade das águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul. **Item 6- Balanço das atividades, ações implementadas e resultados obtidos com recursos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos em 2007- Comitê PCJ** – O presidente da CTCOB Rodrigo Speziali sugeriu e todos os presentes acataram, iniciar os esclarecimentos e debates após apresentação do **Sr. Luiz Roberto Moretti- Comitê PCJ** - que abordou os seguintes tópicos conforme palestra anexa:- características gerais da bacia, estimativa de evolução da arrecadação, regras da aplicação dos recursos 2007 conforme deliberações PCJ nº 52/06 e 63/07; - resultados das análises dos empreendimentos; - origem dos recursos recebidos, 41% das empresas de saneamento, 39,5% transposição, 18% indústria, e 1,28% da agricultura. O Secretário Executivo do PCJ mostrou os valores arrecadados em 2007, pela cobrança Federal de R\$ 13,2 milhões, e pela cobrança Paulista R\$ 11,3 milhões, para uma adimplência de 96,5% e 86,7% respectivamente. Comentou que para 2008 há uma previsão de arrecadação nos rios Federais de R\$17,6 milhões, e nos rios de domínio do estado da ordem de R\$13,1 milhões. Como considerações finais disse o Sr. Luiz Moretti que os resultados do processo demandam tempo para serem notados. Que os valores cobrados atualmente não atendem às expectativas. Que as cobranças não foram impostas, foram consensadas com os setores da sociedade envolvidos. E ainda que faz-se necessário a contratação de estudos mais detalhados sobre o impacto da cobrança pelo uso dos recursos hídricos nos diversos setores produtivos. Encerradas as apresentações dos dois comitês foram iniciados os debates sob a coordenação do presidente da CT. **O Sr. Francisco J Lobato- Organizações Técnicas** abordou basicamente os aspectos inerentes à transposição no Paraíba do Sul, cujos recursos decorrentes poderiam dar “oxigênio” para a recuperação da bacia, concorda que o assunto seja levado ao CNRH. Sobre o PCJ disse que os números são animadores e questionou sobre a capacidade operacional para aplicar uma maior soma de recursos. A Sra. Aparecida Vargas- CEIVAP agradeceu pela compreensão dos pontos levantados por ela com respeito à transposição e novamente sugeriu que o assunto, repasse e governança dos recursos decorrentes da transposição, venham a ser discutidos no âmbito do CNRH. O Sr. Luiz Moretti concorda que a capacidade institucional para utilizar os recursos arrecadados será sempre uma preocupação, “é mais fácil arrecadar do que gastar os recursos”. No momento estão inclusive preocupados com as próximas eleições municipais e a continuidade dos projetos em implantação. O Sr. **Demetrios Christofidis- MI**, pediu esclarecimentos sobre os riscos decorrentes da revisão da Lei 4247/RJ, qual a quantidade de recursos estão sendo gastos com capacitação, educação e mobilização e ainda se o lançamento de esgotos in natura é o maior problema das duas bacias. Em resposta a representante do CEIVAP disse que ao trazer o problema relativo à Lei 4247 queria sensibilizar a todos sobre a importância do assunto vir a ser tratado também no CNRH. Sobre aplicação dos recursos em capacitação e outros deu os percentuais e ainda lembrou que nas ações estruturais existe também os componentes capacitação e mobilização. O representante do PCJ não tinha em mãos os percentuais aplicados nas ações de capacitação mas afirmou que na área de atuação do PCJ de fato o maior problema são os lançamentos de esgotos, por isso estão sendo investidos 65% dos valores arrecadados nesta ação. A Conselheira Patricia Boson – Indústria iniciou

310 sugerindo ao CEIVAP que solicite a Conselheira Cristina Yuan ou o Conselheiro Mauro Viegas  
311 que sejam eles os portadores das preocupações relacionadas à cobrança da transposição e revisão  
312 da lei 4247, junto ao CNRH. O Sr. **Patrick T. Thomas- ANA** esclarecendo sobre as questões  
313 inerentes à transposição Guandu disse que de fato este assunto é uma pendência, de fato está  
314 previsto na Lei 42 47 / RJ que 15% dos valores arrecadados com a cobrança no Estado serão  
315 aplicados na Bacia do Rio Paraíba do sul e não há limitação legal do estabelecimento dos 15%  
316 como mecanismo de cobrança. Com respeito à transposição, a ANA e a SERLA emitirão os  
317 boletos os valores iniciais de R\$75mil seriam recolhidos ao Fundo Estadual, e o percentual do  
318 CEIVAP seria de 15% destes valores que não foram ainda repassados, para buscar a melhor  
319 solução foi criada uma comissão especial. O maior usuário da água a CEDAE só paga 5% do  
320 total previsto. Entende que o maior problema da cobrança na bacia que corresponde a 24% de  
321 todo o valor a ser arrecadado é causado apenas por um usuário, a CSN, que deposita em juízo.  
322 Existem R\$8 milhões depositados em juízo que se liberados ajudaria inclusive à própria  
323 AGEVAP, cujos valores disponíveis só podem ser da ordem de 7,5% do total arrecadado. A  
324 partir deste momento, por decisão da Presidência da CTCOB as perguntas passaram a ser feitas  
325 em bloco. O Sr. **Vitor Sarno- SRH-BA** questionou sobre contra partida, percentuais de  
326 demanda induzida e espontânea, e sobre critérios de vinculação entre arrecadação e aplicação  
327 dos recursos. O Sr. José Lavrador Filho-Usuário/Prestadores de Serviço Público de  
328 Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário demonstrou seu descontentamento com a  
329 conselheira Patricia Boson devido a expressão atribuída a ela “relação promiscua envolvendo o  
330 saneamento e a cobrança”. Como o setor é o que mais paga é justo que ele mais utilize os  
331 recursos na implementação dos seus projetos. Afirmou mais uma vez que só a tarifa não é  
332 suficiente para o setor responsabilizar-se pelo tratamento de esgotos. O Sr. **Sr. Luiz Roberto**  
333 **Moretti- Comitê PCJ** explicou que em termos de contra partida o mínimo é de 20% e o máximo  
334 é de 40%. A Sra. **Aparecida Vargas- CEIVAP** afirmou que a informação que a ANA não iria  
335 cobrar dos usuário da água transposta para o Rio Guandu e sim a SERLA não foi comunicada ao  
336 Comitê CEIVAP. Enfatizou que os recursos da cobrança devem ser geridos pelo Comitê e não  
337 pela SERLA como foi informado, disse ainda que é muito cômodo para a CEDAE, como usuária  
338 inadimplente, ser cobrada pelo estado e não pela ANA, porque se isso ocorresse a empresa iria  
339 figurar no CADIN. Com estas colocações foi encerrado o primeiro dia da reunião, o presidente  
340 da CTCOB agradeceu aos representantes do PCJ e CEIVAP pelas apresentações. O Segundo dia  
341 da reunião iniciou-se às 9h20 com o Sr. Rodrigo Speziali- SRHU/MMA rememorando o dia  
342 anterior considerado por ele como muito positivo, ouvindo o Estado de Minas Gerais através do  
343 IGAM e os comitês CEIVAP e PCJ, tudo compatível com as atribuições da CTCOB conforme  
344 resolução CNRH nº 21 de março de 2002, inciso V do artigo 2º. **Item 7- Balanço das atividades,**  
345 **e ações relacionadas ao processo para a Implementação da Cobrança pelo Uso dos Recursos**  
346 **Hídricos, na Bacia do Rio São Francisco – CBH-SF-** O Sr. **Thomas da Matta Machado,**  
347 **presidente do Comitê- CBHSF,** após agradecer o convite para participar da reunião, apresentou  
348 o Sr. João Lopes de Araujo coordenador da Câmara de Cobrança do CBHSF. Iniciou sua  
349 apresentação lembrando que desde 2004 vem sendo discutida a cobrança no comitê, inclusive  
350 duas resoluções importantes relacionadas ao assunto foram aprovadas pelo comitê, a primeira  
351 relacionada à cobrança do setor elétrico e a segunda a deliberação nº18, relacionada com a  
352 locação externa da água apenas para abastecimento humano e dessedentação de animais.  
353 Comentou que em 2006 o comitê estabeleceu como prioridade a Agência de Bacia e a cobrança  
354 através da deliberação nº 31. Após diversas análises verifica-se que não há viabilidade financeira  
355 para a criação da agência contando com a cobrança apenas na calha do rio principal. Diante desta  
356 conjuntura existe a possibilidade de se criar uma associação de usuários para a cobrança  
357 condominial, criando-se assim uma entidade de direito privado. Chamou atenção pelo fato que  
358 em no Estado de Minas Gerais estão sendo criadas pelo comitês as chamadas “Entidades  
359 Equiparadas” na sua opinião, este movimento pode inviabilizar uma agência para toda a bacia.  
360 Como estratégia que vem sendo seguida comentou sobre a importância de se liberar na íntegra os  
361 recursos do setor elétrico, o,75%, os quais poderiam viabilizar a criação de uma agência. Outro

362 aspecto em discussão são os recursos da cobrança decorrentes da transposição e a necessidade de  
363 aprofundar a discussão sobre uma agência única na bacia com os comitês de rios estaduais e  
364 órgãos gestores. Sobre os impactos da cobrança sobre os usuários comentou que estudos foram  
365 feitos e os resultados seriam apresentados posteriormente. Finalizando externou preocupações  
366 sobre a existência de um único PPU em uma bacia tão extensa e com bacias afluentes com  
367 características muito distintas. Em seguida a palavra foi passada para o Sr. **Patrick T. Thomas-**  
368 **ANA** para fazer a apresentação conforme **Item 8- Impacto da cobrança pelo uso dos recursos**  
369 **Hídricos na Bacia do rio São Francisco**- Conforme apresentação anexa o técnico da ANA fez  
370 um balanço das atividades e ações relacionadas ao processo para a implementação da cobrança  
371 pelo uso de recursos hídricos na bacia do rio São Francisco e correspondente impacto sobre os  
372 usuários. Basicamente foram abordados os seguintes tópicos – A decisão do Comitê de implantar  
373 a cobrança- As deliberações nº 16/04, nº30/06 e nº31/06.- Estudo Prognóstico sobre a viabilidade  
374 financeira da Agência de Água da Bacia do São Francisco (NTs nº 19, 49/ANA e melhorias)-  
375 Potencial de arrecadação.- Discussões para definição dos mecanismos de cobrança na CTOC  
376 desde nov/2006.- Estimativa de Arrecadação com o Projeto de Integração do Rio São Francisco  
377 com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF. - Estudo de impactos da cobrança  
378 sobre os setores usuários (GAMA Engenharia – mar/2007 a out/2007)- Avaliação dos aspectos  
379 institucionais e legais sobre a cobrança nos Estados.- Ações de implementação da Cobrança na  
380 Bacia do São Francisco durante o ano de 2008- Reuniões na CTOC, CCRs e com os setores  
381 usuários para definição dos preços unitários, coeficientes e outros mecanismos, com participação  
382 da CTAI – até maio; Discussões sobre cobrança nos comitês de bacias de rios afluentes com  
383 participação dos órgãos gestores, CBHSF e ANA – até julho; Preparação de minuta de  
384 deliberação sobre mecanismos e valores de cobrança do CBHSF a ser submetida ao Plenário do  
385 CBSHF e plenários dos comitês de bacias de rios afluentes – até agosto de 2008. Iniciados os  
386 debates e pedidos de esclarecimentos o **Presidente da CT Sr. Rodrigo Speziali- SRHU/MMA**  
387 nivelou o grupo sobre o tema compensação financeira do Setor Elétrico, 6,75%, a fonte 134 e  
388 sobre a destinação dos recursos decorrentes. Explicou também sobre a existência do GTAAC  
389 que executa em nome do CNRH o acompanhamento da aplicação dos recursos da cobrança e a  
390 necessária preparação de deliberações do Conselho relacionadas ao tema. Comentou que as  
391 discussões relacionadas à implementação da cobrança na bacia interessam é fundamental para a  
392 CT porque a sustentabilidade do sistema é o pano de fundo de toda a discussão como são  
393 também as discussões sobre os fundos de recursos hídricos e sua constituição e composição.  
394 Sobre os impactos da cobrança o **Sr. Patrick Thomas- ANA/MMA** complementou dizendo que  
395 a cobrança poderá ser reduzida na medida em que haja racionalização de usos e melhoria dos  
396 lançamentos. Em seguida diversas foram as manifestações relacionadas à possibilidade dos Estados  
397 aportarem pelo menos 1% do que recebem da compensação financeira aos fundos de recursos  
398 hídricos a serem criados. O Sr Wilson Azevedo Filho- Usuários de Laser e Turismo formulou os  
399 seguintes questionamentos- O plano de bacia do Comitê contemplava a transposição?- Os  
400 estudos de viabilidade da futura agência indicam a necessidade dos recursos da transposição e de  
401 1% da compensação financeira dos Estados? - Em resposta o Presidente do CBHSF Sr. Antonio  
402 Thomaz Matta Machado disse que o plano definiu por não haver a transposição nos termos  
403 propostos, sobre a sustentabilidade da agência informou que 1% da compensação financeira de  
404 todos os estados é suficiente, mas se o comitê pudesse contar integralmente com os 0,75% da  
405 compensação financeira, estes seriam também suficientes para o custeio da nova agência. O  
406 **Conselheiro Francisco José Lobato da Costa Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa-**  
407 Ponderou baseado em estudos da Comunidade Européia que no caso da Bacia Hidrográfica do  
408 Rio São Francisco, pela sua área esta bacia não devia ser considerada como uma única unidade  
409 de planejamento e gestão, enfatizou ainda que não é possível pensar o conjunto sem analisar as  
410 especificidades. Mencionou para exemplificar a questão do PPU. Afirmou não ser possível um  
411 PPU único para toda a bacia, sugeriu os PPUs em patamares diferenciados segundo a criticidade  
412 dos problemas. Recomendou ao final a constituição como na Espanha de uma confederação de  
413 agências que congregaria a agência da calha principal e as dos tributários. Em resposta o **Sr.**



414 **Patrick T. Thomas- ANA-** comunicou que com respeito ao PPU a metodologia que esta sendo  
415 proposta prevê esta possibilidade com coeficientes específicos. O Conselheiro Ministério da  
416 Integração Nacional- Demetrios Christofidis- elencou uma serie de perguntas: é necessário  
417 cobrar na bacia como um todo, e qual será o impacto?; há possibilidade de existir agencia em  
418 MG e outra na BA?; como se mede o consumo na irrigação?; dos 100.000 usuários cadastrados  
419 quantos são outorgáveis?; o estudo da empresa contratada GAMA considerou o projeto de  
420 integração?; ações de revitalização em curso estavam contidas no plano de bacia? O Sr. **Patrick**  
421 **T. Thomas- ANA-** em resposta disse que o estudo da GAMA não considerou o projeto de  
422 transposição. Sobre outras perguntas formuladas disse que a decisão é do comitê para acata-las  
423 ou não como é o caso de uma agencia na Bahia e outra em Minas Gerais. Sobre os 100000  
424 cadastrados e quantos são outorgados ele não tinha em mãos as informações. Da mesma forma o  
425 Sr. Antonio Thomaz Matta Machado- CBHSF- respondeu criticando o programa de  
426 revitalização, sobre agencias, disse que a intenção é de criar uma agencia de integração que  
427 respeite as diferenças regionais. Sobre os problemas que a bacia possui citou o saneamento como  
428 apenas mais um, considera também o setor Elétrico com 8 usinas como problema bem como os  
429 projetos de irrigação. A **Conselheira Patricia Boson – Industria** iniciou comentando o fato que  
430 o MPOG teria recomendado ao MMA que não retirasse os recursos decorrentes dos 0,75% do  
431 setor Elétrico destinados à ANA, recomendou atenção para este fato. Em seguida formulou  
432 pergunta sobre sobre qual a instituição que iria fazer a operação do projeto de transposição, e  
433 como será o relacionamento da futura agencia com a CODEVASF e com a CHESF que deverá  
434 gerir o projeto. Entende a conselheira que se o comitê não é madura para discutir a transposição  
435 será que de fato está preparado para a implementação da cobrança? O Sr. **Patrick T. Thomas-**  
436 **ANA** respondeu que a operação da transposição ainda não está definida, caberá ao MI faze-lo,  
437 possivelmente uma subsidiaria da CHESF. O boleto será endereçado para o titular da outorga no  
438 caso atualmente o próprio MI, as regras de operação serão fornecidas pela ANA. A Sra. Sônia  
439 Lucia Alves- Ministério das Cidades sugeriu a utilização de recursos da cobrança para serem  
440 alocados em ações de saneamento em pequenos municípios com serviços precários. Ainda como  
441 sugestão, recomendou a implantação de projetos experimentais com objetivo de melhoria da  
442 qualidade de prestação dos serviços de saneamento em municípios com população inferior a  
443 50mil habitantes. O Sr. **Francisco Lahós- Consórcios** lembrou que na CTCOB sempre se prega  
444 que a cobrança é o ultimo dos instrumentos a ser implantado. No caso do CBHSF percebe que os  
445 demais instrumentos ainda não foram consolidados e também entende que mesmo sendo criada  
446 uma agencia, esta não iria conseguir faze-lo. Por outro lado nota-se que a ANA não tem  
447 condições de garantir a sustentabilidade de uma agencia. Como sugestão, recomendou que sejam  
448 obtidos recursos para consolidar o escritório o de apoio e assim viabilizar a consolidação dos  
449 demais instrumentos de gestão antes de iniciar a cobrança. O **Patrick T. Thomas- ANA-** voltou  
450 a insistir que em todas as circunstâncias quem decide se implanta ou não a cobrança ou qualquer  
451 outro instrumento é o comitê, a ANA só atua apoiando, após decisão do comitê. No caso do  
452 CBHSF quem está liderando o processo é a CTCOB, e sobre os demais instrumentos, eles estão  
453 implantados ou em implantação. O presidente do CBHSF o Sr. Antonio Thomaz Matta  
454 Machado- concordando com o técnico da ANA também afirmou que os demais instrumentos de  
455 gestão ou estão implantados ou em implantação. Sobre os recursos decorrentes do pagamento  
456 pelo uso dos recursos hídricos do setor elétrico – 0,75%, concorda que os recursos devam ir para  
457 o sistema, mas não concorda que a governança destes recursos seja da ANA. O Conselheiro Jairo  
458 Lousa- Irrigantes- lembrou que sempre foi contra a cobrança, pelo menos no setor representado  
459 por ele a cobrança não deverá provocar a utilização racional da água, a economia de água está  
460 muito mais relacionada com os custos decorrente da energia elétrica para a sua utilização.  
461 Gostaria que a ANA através de estudos mostrassem à sociedade o porque a agricultura paga  
462 menos pelo uso da água e a correlação existente com a produção de água por parte dos  
463 agricultores. O **Athadeu Ferreira da Silva- CODEVASF-** Atuando no programa de  
464 revitalização de bacias pela CODEVASF, informou que o programa esta avançando de maneira  
465 planejada, mas com dificuldades relacionadas à sustentabilidade operacional. Solicitou

466 explicações sobre coeficientes de eficiência da irrigação como fator de redução dos valores a  
467 serem cobrados. A **Sra. Elba Alves Silva- SRH/BA** – Perguntou se na estimativa da redução da  
468 arrecadação financeira nos primeiros anos de implementação da cobrança se foram consideradas  
469 as sub-bacias já preparadas para a cobrança como o caso das bacias dos rios Verde e Jacaré na  
470 porção baiana da bacia. O **Sr. Patrick T. Thomas- ANA-** abordou aspectos sobre a  
471 progressividade da cobrança para adaptação dos usuários como uma estratégia adotada com  
472 sucesso pelos comitês PCJ e CEIVAP. Sobre eficiência da irrigação a comentou que a ANA já  
473 dispõe de critérios já estabelecidos que tem sido utilizados pelos comitês como recentemente  
474 pelo PCJ. Encerradas as discussões o **Sr. Rodrigo Speziali de Carvalho (SRHU/MMA)**  
475 agradeceu a presença dos representantes do CBHSF na pessoa do seu presidente e parabenizou a  
476 todos pela riqueza dos debates e discussões. Dando continuidade o presidente da CTCOB na  
477 forma de informes fez um relato a respeito de uma reunião ocorrida no dia 22/02/08 envolvendo  
478 todos os presidentes de Câmaras Técnicas e o Diretor da SRHU Sr. João Bosco Senra. Assuntos  
479 tratados: *Limites de competência das Cts-* Foi sugerido aprofundamento da questão na CT  
480 contribuindo assim com o planejamento estratégico do CNRH. Foi informado que o regimento  
481 interno do CNRH estava sendo revisto e poderia ser acompanhado pela CTCOB. *Representação*  
482 *e representatividade-* Abordou-se formas para sugerir os perfis ideais dos representantes dos  
483 diversos setores e assim contribuir com a melhor representação setorial e governamental.  
484 *Indicadores de resultados* – Foram feitas críticas aos indicadores normalmente utilizados como  
485 número de reuniões e moções e resoluções, novos indicadores devem ser propostos.  
486 Periodicidade de reuniões- Estas deverão ser em menor número e com pautas menores para  
487 facilitar o aprofundamento dos assuntos. As reuniões seriam de dois dias, havendo demandas  
488 reuniões extraordinárias poderiam ser convocadas como sugeriu a conselheira Patricia Boson.  
489 Informou ainda o presidente da CTCOB que a CT não pode perder de vista a matriz do PNRH,  
490 confirmou que fez convite ao presidente da CTPNRH para estar na próxima reunião da CTCOB  
491 para discutir a interface da CT com o PNRH. Comunicou ainda que o GTAAC deve reunir-se  
492 antes da próxima reunião da CT em função da aprovação do orçamento da união no congresso e  
493 para analisar as novas prioridades sugeridas pelos Comitês e Conselhos Estaduais conforme  
494 resolução nº 70 do CNRH. Aproveitando a oportunidade dos informes o **Sr. Sérgio Gustavo R.**  
495 **Leal- IGAM-** em função de declarações anteriores sobre a inexperience de sua equipe no  
496 IGAM externou que esperava que a falta de experiência comentada não fosse considerada como  
497 amadorismo. Afirmou que a sua equipe pode não ser experiente mas é suficientemente ousada  
498 para contribuir com a gestão de recursos hídricos no Brasil. **Item 9- Encaminhamentos sobre o**  
499 **processo de revisão da resolução 48 de 21/03/2005.** - O presidente da CTCOB **Sr. Rodrigo**  
500 **Speziali de Carvalho (SRHU/MMA)** procurou inicialmente nivelar todo o grupo comentando  
501 inclusive que o assunto que teria sido objeto de discussão em reuniões anteriores da CT. Lembrou  
502 inclusive que havia um impasse entre rever toda a resolução ou somente alguns artigos.  
503 Posteriormente, conforme ofício CTIL nº 42/2007/CTIL/CNRH/MMA de 19/11/2007 foi  
504 recomendado que a CTCOB “estabelecesse um processo de revisão da Resolução nº48, a qual  
505 *estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.* Entre os pontos a  
506 serem abordados, recomendou-se o estabelecimento de normas gerais para regulamentar o  
507 parágrafo 2º do artigo 7º da referida resolução que trata dos *mecanismos diferenciados de*  
508 *pagamento*, observando neste caso a sustentabilidade financeira da gestão e a sua aplicação  
509 universal visando beneficiar a todos os usuários.” Diante desta conjuntura o presidente da CT  
510 abriu os debates. Após ampla discussão foi colocada como posição dos membros da CT que a  
511 resolução não seria revista e nem mesmo o parágrafo 2º do artigo 7º, os argumentos para esta  
512 posição estavam relacionados ao pouco tempo que a resolução foi utilizada, cogitou-se inclusive  
513 em se fazer apenas a regulamentação daqueles aspectos *inerentes aos mecanismos diferenciados*  
514 *de cobrança.* Ao final foi aprovado o seguinte encaminhamento: Na atual conjuntura, nada da  
515 resolução seria revisto nem mesmo regulamentado. Deveria ser preparado e enviado à CTIL um  
516 ofício formalizando esta decisão. **Item 10- Plano de trabalho da CTCOB 2008- Ações e**  
517 **responsáveis pelo detalhamento-** Inicialmente o Sr. Rodrigo Speziali elencou e explicou sobre os

518 12 temas selecionados pela própria CT e propôs uma discussão sobre seu aprofundamento.  
519 Comentando sobre cada um dos temas iniciou pelo 9º *Avaliação de compatibilidade dos*  
520 *trabalhos da CTCOB e resoluções do CNRH referentes à cobrança, com as diretrizes, metas e*  
521 *programas do PNRH* - explicou que este assunto seria tratado na próxima reunião da CT com a  
522 presença do presidente da CTPNRH e de representante do GTCE. Já o **Sr. Enéas S. Machado-**  
523 **CERH/PR** recomendou que deveriam ser pautados assuntos densos e importantes como o item  
524 3º *Ações para descontinuação dos recursos provenientes do setor hidrelétrico (fonte 134).*  
525 Temas com esta densidade podem trazer efetiva contribuição da CT para o sucesso do sistema. A  
526 conselheira Patricia Boson sugeriu que fossem eleitos três temas principais a serem  
527 aprofundados e ao mesmo tempo deveria a CT estar preparada para eventualidades. Recomendou  
528 ainda o estabelecimento de um calendário de 4 reuniões anuais e se surgissem eventualidades,  
529 seriam convocadas reuniões extraordinárias. Em seguida fez breves comentários sobre os  
530 diversos itens do plano de ação. Sobre os itens 4- *Desenvolvimento de indicadores para*  
531 *avaliação da cobrança, 5- Acompanhamento da implementação da cobrança nas Bacias onde já*  
532 *foi implementado o instrumento, 6- Preparação de relatórios de avaliação da aplicação da*  
533 *cobrança pelo uso da água, no CEIVAP e PCJ, bem como relatório do estágio de implantação*  
534 *nos demais comitês, contendo conclusões e propostas de encaminhamento* recomendou que os  
535 mesmos fossem objeto de roteiros, manuais, relatórios com periodicidade. Sobre os itens 7-  
536 *Análise de impacto da cobrança sobre os usuários, 8 -Estudos de viabilidade e alternativas de*  
537 *financiamento para implementação da política de recursos hídricos com suas interfaces com a*  
538 *cobrança*, entende a conselheira que não são competência da CTCOB. O **Sr. Francisco Lahós-**  
539 **Consorcios-** acha que o item 6 *Preparação de relatórios de avaliação da aplicação da cobrança*  
540 *pelo uso da água, no CEIVAP e PCJ, bem como relatório do estágio de implantação nos demais*  
541 *comitês, contendo conclusões e propostas de encaminhamento* – acha que o acompanhamento  
542 proposto, se bem conduzido, pode de fato ajudar até na implantação da cobrança em outros  
543 comitês. Ao final foi aprovado o seguinte encaminhamento: Que os temas a serem mais  
544 aprofundados seriam aqueles que tratassem da questão da sustentabilidade do sistema, qualquer  
545 estratégia de trabalho deveria ser submetida à plenária do CNRH, sem esquecer que a CT é de  
546 assessoramento ao CNRH. Foi aprovado o calendário de reuniões até o final do ano qual seja:  
547 56ª dias 14 e 15/05, a 57ª reunião dias 6 e 7/08 e a 58ª dias 8 e 9/10. O Sr. Wilson Azevedo  
548 externou sua preocupação com o número reduzido de reuniões, ele é de opinião que as  
549 reuniões deveriam ocorrer a cada dois meses, desta forma entende que o assunto desta forma  
550 nunca “esfriaria”, caso contrário, a CT ficaria pouco efetiva. A Conselheira Patricia Boson  
551 voltou a insistir que a CT deveria ser mais conclusiva, as discussões precisam ter fechamento e  
552 encaminhamento. A Sr. Laura acredita que falta procedimentos internos de CT, precisa ser  
553 estabelecida uma organização interior, recomendou que este assunto viesse a ser discutido na  
554 próxima reunião da CT. **Item 11-** Informes e Encerramento – O Sr. Jairo Lousa fez uso da  
555 palavra para informar que participa do processo de criação do comitê da bacia do rio Paranaíba.  
556 Por outro lado disse que o Governo do Estado de Goiás nada faz. Sobre o Livro da CTCOB foi  
557 solicitado que fossem enviados os artigos já escritos para algum reajuste por parte dos autores, o  
558 Sr. Francisco Lahós e Eneas solicitaram os arquivos para esta atualização. Para encerrar a  
559 reunião o Presidente da CT Rodrigo Speziali fez agradecimento especial para os anfitriões do  
560 IGAM na pessoa do Sr. Sérgio **Gustavo R. Leal- IGAM** este por sua vez agradeceu a CTCOB  
561 por ter atendido o convite para que a reunião acontecesse em Belo Horizonte. Concluindo os  
562 trabalhos, o Presidente da CTCOB passou a palavra para o Diretor do IGAM o Sr. Diretor  
563 Geraldo Santos que agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 16:50h.

564

565 Ata aprovada na 56.ª Reunião da CTCOB, realizada nos dias 14 e 15 de maio de 2008

566

567

568 **Rodrigo Speziali de Carvalho**

569 Presidente da CTCOB

**Ednaldo Mesquita Carvalho**

Relator da CTCOB